

**ARTIGO**

DOI

**GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO: SOBRE A PRODUÇÃO EM PERIÓDICOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO (1996-2015)**

DEMOCRATIC MANAGEMENT OF PUBLIC EDUCATION: THE PRODUCTION OF SCIENTIFIC JOURNALS ON EDUCATION (1996-2015)

GESTIÓN DEMOCRÁTICA DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA: LA PRODUCCIÓN DE REVISTAS CIENTÍFICAS EN EDUCACIÓN (1996-2015)

**Elton Luiz Nardi**

Universidade do Oeste de Santa Catarina - Brasil

**Paula Fernanda Silveira Boiago**

Universidade do Oeste de Santa Catarina - Brasil

**Resumo**

O artigo tem por objetivo caracterizar a produção científica sobre gestão democrática do ensino público na educação básica, constante em periódicos nacionais da área da Educação, datada de 1996 a 2015. Filiada a um projeto de pesquisa em rede nacional que investiga bases normativas e condições político-institucionais da gestão democrática do ensino público em sistemas municipais de ensino de diferentes estados do país, firmadas a partir da publicação da atual Lei de diretrizes e bases da educação nacional, a investigação da qual resulta o trabalho foi operada por meio de levantamento junto à base de dados Qualis Periódicos da área da Educação. Submetidos à análise quanti-qualitativa, os resultados permitem verificar um impulso no número de publicações sobre o tema, embora com acentuadas diferenças regionais, prevalecendo abordagens do tema na sua interface com as políticas educacionais e em experiências concretas de práticas de democratização da gestão. Conclui que a dinâmica e o perfil das publicações no período focado sugerem uma progressiva projeção do tema da gestão democrática do ensino público na educação básica, constatada a existência de possibilidades em aberto, demarcadas pelo rol de periódicos nacionais ainda disponíveis ao acolhimento de trabalhos sobre o tema.

**Palavras-chave:** Gestão democrática. Ensino público. Educação básica.

**Abstract**

The purpose of this article is to portray the scientific production on democratic management of public basic education, published in national journals focused on Education, dated from 1996 to 2015. Research was carried out through desk review of Qualis Journals database on Education, linked to a research project at national level that investigates regulatory foundations and political-institutional aspects of the democratic management of public education at municipal level in different states of the country, set after the enactment of the current Law on Education that regulates Brazilian national education. After quantitative and qualitative analysis, results allowed us to verify a boost in the number of publications on the subject, albeit with striking regional differences, with prevailing approaches on educational policies and practical experiences of management democratization. It concludes that the dynamics and the profile of publications in the studied period suggest a progression on the subject of democratic management of public basic education, and finds open spaces and possibilities still available on national scientific journals to host works on the subject.

**Keywords:** Democratic management. Public education. Basic education.

**Resumen**

El propósito de este artículo es describir la producción científica sobre la gestión democrática de la educación básica pública, publicada en revistas nacionales enfocadas en Educación, fechada entre 1996 y 2015. La investigación se llevó a cabo a través de la revisión de la base de datos Qualis Periódicos sobre Educación, asociada a un proyecto de búsqueda a nivel nacional que investiga las bases regulatorias y aspectos político-institucionales de la gestión democrática de la educación pública a nivel municipal en diferentes estados del país, tras la promulgación de la actual Ley de Educación que regula la educación nacional brasileña. Después del análisis cuantitativo y cualitativo, los resultados nos permitieron verificar un incremento en el número de publicaciones sobre el tema, aunque con sorprendentes diferencias regionales e intrarregionales, con enfoques predominantes sobre políticas educativas y experiencias prácticas de democratización de la gestión. Se concluye que la dinámica y el perfil de las publicaciones en el período estudiado sugieren una progresión en el tema de la gestión democrática de la educación pública básica y encuentra espacios abiertos y posibilidades aún disponibles en revistas científicas nacionales para acoger obras sobre el tema.

**Palabras clave:** Gestión democrática. Educación pública. Educación básica.

## Considerações iniciais

Desde que novas perspectivas para a educação brasileira foram esboçadas no seio dos movimentos em prol da democratização do país, que tiveram como palco o final dos anos 1970 e a década de 80, o tema da gestão educacional também adquiriu notoriedade, seja por se tratar de um domínio da política educacional decisivo à consecução de objetivos educacionais, como os inscritos nas bandeiras daqueles movimentos, seja pelo processo histórico da produção do conhecimento sobre o tema, processo este despontado ainda no princípio do século passado por meio de obras de precursores, como Anísio Teixeira, Querino Ribeiro, Carneiro Leão e Lourenço Filho.

A respeito dessa breve digressão histórica, importa referir a existência, na origem, de alguns traços de cariz sociológico na lida com o tema – do que Anísio Teixeira constitui um bom exemplo –, ainda que em um tempo de forte influência da tecnocracia derivada dos modelos clássicos de administração, hábil em subtrair qualquer sentido político e social da prática de gestão, ao menos se tomarmos por referência como a concebemos hoje. Este sentido, a propósito, serve de fio para atarmos esse retrato histórico ao segundo ponto referido: o caráter decisivo que assume a gestão educacional na consecução de objetivos educacionais, mormente enquanto projeto de sociedade, como o que despontava na década de 1980 no contexto mais amplo de conquistas da democracia na América Latina (SANDER, 1995).

Percebida desse ângulo e no contexto do processo de abertura democrática – embora qualquer ideia de transição democrática, no caso brasileiro, carregue a marca da ambiguidade (SAVIANI, 2006) –, a concepção de gestão ali ensaiada conectava-se às questões sociais e econômicas vividas pelo país (WEFFORT, 1984), fazendo verter do rol das reivindicações a defesa pela implantação de canais de participação e de mecanismos de controle social a serem exercidos pela sociedade na sua

relação com o Estado. Dessa dinâmica política, também resultou uma nova Constituição Federal para o país, nela incluído o princípio da “gestão democrática do ensino público” (art. 206, VI), inédito na história constitucional brasileira e, segundo anota Cury (2005), admirável para a vida democrática nos sistemas de ensino e escolas.

Assim situada a gestão educacional, para além de seu lugar enquanto campo de formulação e implementação de políticas de educação e de organização do trabalho educativo, importa reconhecê-la por sua orientação política, tendo em conta objetivos e a localização destes na dinâmica de relações político-sociais internas e externas às instituições. Essa dinâmica, que, ao certo, é implicada pela correlação de forças que se processa em sociedade em torno de projetos distintos de educação, constitui o pano de fundo da cena educacional, ali situada a gestão do ensino público com suas intrincadas questões sobre possibilidades e limites à democratização.

Portanto, sabendo que a notoriedade do tema da gestão educacional, como referido, vem sendo historicamente entrelaçada a uma perspectiva democrática e democratizante – o que não significa dizer que estivemos ou estamos ante uma unanimidade em termos de projeto de democratização –, é devido reconhecer que o tema em si e os contrastes que nos oferece o campo da prática gestonária da educação torna-se crescentemente alvo de estudos e investigações na área da Educação.

Mas, o que intentam mais especificamente pesquisadores que se debruçam sobre o tema da gestão do ensino público na educação básica? De modo geral, queremos realçar os interesses pulsantes em uma comunidade científica a respeito do tema, aproximando-nos da ideia de “pesquisas sobre pesquisas” (FERNANDES; MOROSINI, 2014), justamente para destacar elementos que nos permitam esboçar uma caracterização da produção científica sobre gestão democrática do ensino público na

educação básica, constante em periódicos nacionais da área da Educação datados de 1996 a 2015.<sup>1</sup>

Para tanto, tomamos por base empírica a produção científica atinente à temática, constante em periódicos da base Qualis Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), da área da Educação.<sup>2</sup> O levantamento foi realizado no período de novembro de 2016 a julho de 2017 e compreendeu, em uma primeira etapa, a identificação e sistematização de dados relativos aos periódicos listados no quadro geral da classificação Qualis Periódicos 2015 da área, com atualização de classificação segundo o Qualis 2016.<sup>3</sup> Na segunda etapa, foram identificados os temas relacionados à gestão democrática do ensino público na educação básica, além de um conjunto de outros elementos característicos na produção científica identificada que permitam, entre outros aspectos, encetar tendências na produção do conhecimento sobre a temática, consideradas características e destaques quanto a periódicos envolvidos na publicação dos estudos, períodos mais expressivos da produção e enfoques dos trabalhos mapeados.

Consoante o exposto, iniciamos com algumas reflexões em torno do campo temático focado, associadas a elementos que permitem sua contextualização enquanto objeto de estudo na atualidade. Na sequência, apresentamos o processo e os resultados do levantamento, seguidos de análises orientadas por uma abordagem quanti-qualitativa, perspectivada

---

<sup>1</sup> A pesquisa é parte de um projeto em rede. Conta com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> O Qualis Periódicos é um sistema para classificação e avaliação da produção científica dos programas de pós-graduação por meio de artigos publicados em periódicos científicos. A classificação em cada área de avaliação observa critérios definidos pela própria área e aprovados pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), a fim de refletir a importância relativa dos diferentes periódicos em uma determinada área. Neste estudo, adoção da estratificação Qualis Periódicos da área é justificada, por um lado, pela repercussão dos periódicos na Área, em face da avaliação a que são submetidos pelo sistema nacional de pós-graduação, e, por outro, pela possibilidade que abre para a sistematização e análise dos dados da pesquisa em subconjuntos do universo de periódicos e artigos enfocados.

<sup>3</sup> Foram considerados os periódicos da área da educação em específico, assim como aqueles que, constantes na classificação Qualis 2013-2016, incluem a área como foco de suas publicações.

em um sentido de complementaridade mútua (CHIZZOTTI, 1991). Por fim, tecemos considerações com vistas a uma síntese conclusiva.

### **Gestão democrática do ensino público: o tema no contexto**

Decorrente do contexto político dos anos de 1980, em cuja mobilização da sociedade também era empunhada a bandeira da democratização da educação, a gestão desse bem público foi igualmente parte do debate político que reivindicava o direito à participação da sociedade como expressão da cidadania ativa (KRAWCZYK, 2008). Reivindicação que, além de se constituir em reação à centralização do Estado durante as duas décadas de regime militar, expressavam (e continuam a expressar) atitude de denúncia e convocação ao enfrentamento a valores autoritários muito presentes na cultura política brasileira e que informam o vezo patrimonialista (FAORO, 1987) e a recorrência de arranjos do tipo clientelístico (REIS, 1974).

A esse respeito, é lúcida e precisa a síntese que nos oferece Ianni (2004) de que os retrocessos e aberturas que tiveram lugar ao longo do século passado, ainda que tenham resultado em transformações sociais, econômicas, políticas e culturais em nossa sociedade, não necessariamente foram favoráveis aos interesses da maior parte do povo.

A atitude reivindicativa e denunciante que marcou o movimento pela democratização do país na década de 80 também favoreceu com que fossem tornadas mais evidentes as consequências de uma frágil qualidade política do controle social exercido pela sociedade sobre o Estado, expondo, assim, o valor que assume a participação política na construção da realidade político-social (BORDENAVE, 1985) em um projeto de democratização, seja da sociedade, seja da educação que nela se processa.

De acordo com o que sugerem essas reflexões, análises do estágio de uma política – como a que investe, seja em razão de objetivos oficiais, seja

de objetivos proclamados, na democratização da gestão do ensino público – requer, como defende Avelar (1996, p. 46), que levemos em conta “o modelo institucional predominante, os atores políticos envolvidos e os respectivos estilos de fazer política.”

Mas, no fio do tempo histórico, outros ingredientes estiveram em cena na década de 90, de modo que, em paralelo à prossecução das velhas questões, assistiu-se a grandes apelos à modernização da gestão pública, conforme lições vindas da gestão privada. A “nova gestão”, como passou a ser conhecida a nova onda, veio identificada, conforme sumarizam Dardot e Laval (2016), em debate sobre o que denominam de a nova razão do mundo, referindo-se à sociedade neoliberal, como

o desenvolvimento da contratualização das relações sociais, a descentralização das negociações entre assalariados e o patronato [...] a concorrência [...] a normalização pela imposição generalizada de padrões de qualidade e o crescimento da avaliação individualizada dos resultados. (p. 227).

Deslocadas as lentes para o âmbito educacional, esse retrato informará um novo gerenciamento educativo, em que os destaques serão antes as práticas empresariais de controle e prescrição, consoante uma política administrativa gerencial (FREITAS, 2007). A resultante não será, segundo Laval (2004), o triunfo da democracia, tampouco o encorajamento de iniciativas de base, posto que o fim político é o de “fazer da escola uma máquina eficaz a serviço da competitividade econômica.” (p. 261).

Interposta essa perspectiva ao projeto de educação e gestão democrática em edificação desde o final do século passado, o perfil das políticas educacionais inauguradas nos anos de 1990 darão mostras de que o objetivo de democratização da educação passou a ser o de “imprimir maior racionalidade à gestão [...] [convergindo] para novos modelos de gestão do ensino público, calcadas em formas mais flexíveis, participativas e descentralizadas de administração de recursos e das responsabilidades.” (OLIVEIRA, 2008, p. 131). Uma das marcas desses novos modelos será a maior

autonomização da escola pública, inscrita em novo modelo de regulação (BARROSO, 2013; LIMA, 2003; FELDFEBER, 2009; NARDI, 2015).

Do ponto de vista normativo, importa destacarmos o princípio da gestão democrática do ensino público firmado no art. 206, VI, da Constituição Federal de 1988, base para o delineamento das demais normas relacionadas à matéria no período enfocado no presente estudo, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta, por sua vez, não avançou significativamente no traçado de diretrizes mais específicas a respeito do tema, conforme podemos inferir a partir do conteúdo principal sobre a matéria nos seguintes dispositivos:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

[...]

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Em vista de a LDB não ter avançado no delineamento de regras específicas, a tarefa foi conferida aos sistemas de ensino, que no exercício desta atribuição devem observar as peculiaridades locais. A Lei nº. 13.005, de 26 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2014-2024, reforçou esse encaminhamento, tendo fixado o prazo de dois anos para o disciplinamento da matéria pelos estados, o Distrito Federal e os municípios. Todavia, no período compreendido entre o pós-LDB e a aprovação do atual PNE, várias iniciativas complementares,



originadas no congresso nacional, intentaram “assegurar que determinadas opções e práticas endereçadas à democratização da gestão do ensino público [...] [adquirissem] selo formal.” (NARDI, 2016, p. 33).

Uma tentativa de síntese do trato da matéria “gestão democrática do ensino público”, no período de pouco mais de duas décadas da promulgação da atual LDB requer, pois, reconhecemos na atualidade a coexistência de perspectivas distintas de gestão educacional. Afinal, se, por um lado, com a nova lei da educação nacional abriu-se

um novo período de construção das condições para a democratização da gestão educacional no país, não menos marcado por tensionamentos resultantes da concorrência de princípios situados em diferentes projetos de educação [...] [por outro, trata-se de um tempo] em que emergem novas variáveis dinamizadoras, como [...] discursos e iniciativas com função simbólica de reforço à participação e à autonomia [...] Portanto, de novos desafios à preservação da vaga democrática para a gestão do ensino público [...] (NARDI, 2016, p. 39).

Enfim, é nesse complexo contexto que segue a aposta na democratização da gestão do ensino público, palco em que também proliferam e renovam-se forças contrárias ao projeto democrático. Recorrente nos discursos políticos, normativos e pedagógicos (LIMA, 2003), a participação continua sendo tema de apelo inflamado em ambos os casos: por um lado, fazendo as vezes de ferramenta principal do projeto de democratização, via política para a intervenção dos atores sociais no espaço público de produção político-educacional (KRAWCZYK, 2008); por outro, de aparência emprestada, proclamada para escamotear sua ausência (PARO, 1997), sobrestando seus valores políticos e seus usos no mundo dos fatos.

Assim como ocorre com outras temáticas educacionais de expressiva repercussão nas últimas duas décadas, circunstâncias como as aqui apontadas continuam mobilizando a inclusão ou permanência do tema da gestão democrática do ensino público na agenda de pesquisadores da

área, do que resulta a oportunidade de acesso ao conteúdo de análises sobre matérias e experiências políticas e práticas úteis ao desvelamento de questões que rondam este tema, como, por exemplo, os híbridos sentidos de democratização e as teias de relações, conexões, apropriações e traduções de princípios democráticos na dinâmica educacional brasileira.

Atentos a esse contexto, passemos à caracterização da produção científica constante em periódicos nacionais da área da Educação que portaram, no período de 1996 a 2015, trabalhos atinentes à gestão democrática do ensino público na educação básica.

### **Caracterização da produção científica sobre o tema: do processo de levantamento aos resultados**

Consoante o objetivo anunciado, a primeira etapa da pesquisa foi operada no período compreendido entre novembro de 2016 e fevereiro de 2017. Inicialmente, foi realizado levantamento dos periódicos nacionais da área de Educação, tendo por referência a base de dados Qualis Periódicos relativa ao ano de 2014, acessada por meio de consulta ao *site* da Capes.

A disponibilização, pela Capes, da versão 2015 do Qualis Periódicos no mês de março de 2017 motivou um novo levantamento, tendo sido identificadas mudanças no quadro geral, seja em termos quantitativos, com o aumento do conjunto, seja de estratos de classificação, posto terem ocorridas várias alterações quanto ao enquadramento dos periódicos nos estratos.

Vencida a atualização do retrato de periódicos, motivada pela versão de 2015, a divulgação do Qualis Periódicos 2013-2016 da área da Educação, em junho de 2017, ensejou novos ajustes no retrato do quadro geral de periódicos da Educação, porém limitados a atualizações quanto ao enquadramento nos estratos.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Significa dizer que não foram incluídos novos periódicos eventualmente incorporados à base de dados final do Qualis 2013-2016 da área da Educação.

Estabelecido o quadro geral, o passo seguinte consistiu na identificação dos periódicos cujo foco e escopo e/ou política editorial sinalizassem a “gestão da educação básica” como uma das temáticas de suas publicações, abrindo caminho para posterior exame de abordagens em torno do fenômeno da democratização. Assim, do universo de 1.484 periódicos citados na área da Educação, foram mapeados 295 com atendimento aos critérios da pesquisa,<sup>5</sup> conforme detalhamento, por estrato Qualis,<sup>6</sup> constante da Tabela 1.

**Tabela 1** – Número periódicos nacionais citados na área da Educação e de periódicos com apontamento ou indícios do tema “gestão da educação básica” no foco, escopo e/ou política editorial, segundo classificação Qualis (2013-2016)

<b>Estrato Qualis (2013-2016)</b>	<b>Número de periódicos citados na área da Educação</b>	<b>Número de periódicos da área da Educação com apontamento da temática no foco, escopo e/ou política editorial</b>
A1	55	16
A2	213	22
B1	352	47
B2	191	46
B3	203	37
B4	140	37
B5	330	90
<b>TOTAL</b>	<b>1.484</b>	<b>295</b>

**Fonte:** elaborado pelos autores com base na classificação Qualis Periódicos/Capes da área da Educação (2013-2016) e nas páginas dos periódicos na internet (2017).

A fim de garantir maior precisão na delimitação do conjunto alvo a ser analisado, foram adotados descritores (gestão escolar, gestão democrática, gestão educacional, gestão pública e gestão de educação) aplicados no recurso “pesquisa”, disponibilizado pelos 295 periódicos em suas páginas na internet, com incidência sobre o conteúdo dos respectivos artigos

<sup>5</sup> Além das exclusões determinadas pelo atendimento ao critério central – presença do tema no foco e escopo e/ou política editorial do periódico –, outras menos frequentes ocorrem em razão do não enquadramento no critério de nacionalidade, por não ter sido possível o acesso ao periódico por meio da internet ou por não ter sido possível acessar informações quanto à política editorial do periódico.

<sup>6</sup> Classificação disponível em:

<<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>>.

publicados entre 1996 e 2015,<sup>7</sup> do que resultou a confirmação de publicações de artigos, direta ou indiretamente relacionados à temática em pauta, em 160 periódicos. Os quantitativos desses periódicos, segundo classificação Qualis 2013-2016, constam da Tabela 2.

**Tabela 2** – Número de periódicos nacionais da área da Educação com apontamento ou indícios do tema “gestão da educação básica” no foco, escopo e/ou política editorial, e número de periódicos confirmados, segundo classificação Qualis (2013-2016)

<b>Estrato Qualis (2013-2016)</b>	<b>Número de periódicos da área da Educação com apontamento da temática no foco, escopo e/ou política editorial</b>	<b>Número de periódicos da área da Educação com publicações sobre a temática</b>
A1	16	14
A2	22	22
B1	47	31
B2	46	32
B3	37	18
B4	37	12
B5	90	31
<b>TOTAL</b>	<b>295</b>	<b>160</b>

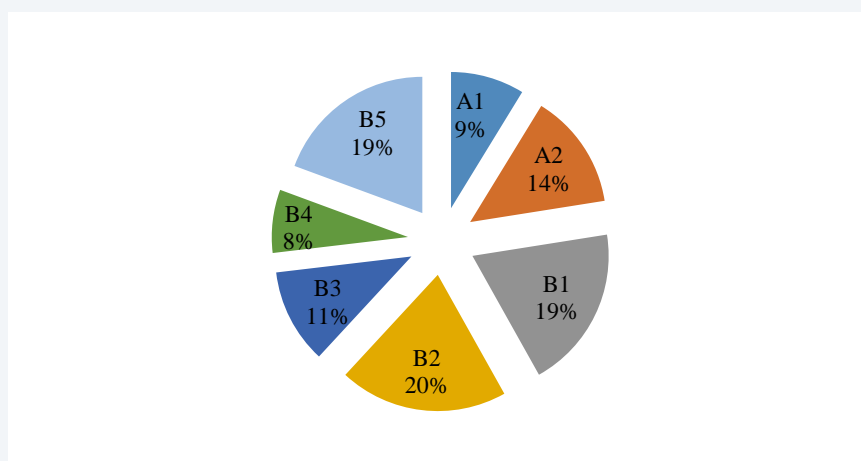
**Fonte:** elaborado pelos autores com base na classificação Qualis Periódicos/Capes da área da Educação (2013-2016) e nas páginas dos periódicos na internet (2017).

Os dados finais do mapeamento de periódicos que compuseram o conjunto alvo das análises permitem-nos verificar que os periódicos classificados nos estratos A2 e A1 evidenciam maior correspondência entre o objetivo de publicação de trabalhos sobre a temática, declarado no foco, escopo e/ou política editorial, e a efetividade de publicações direta ou indiretamente relacionadas à gestão da educação básica. Enquanto nos periódicos deste grupo a correspondência é, em média, de 94%, nos demais (periódicos com estratos B5 a B2) a média fica entre 32% e 69%.

<sup>7</sup> Nos casos em que não foram identificados, no foco, escopo e/ou política editorial, elementos indicativos da abordagem da temática, a identificação de artigos por um ou mais descritores levou à inclusão do periódico no conjunto alvo das análises. A existência de artigos em um ou mais anos do período 1996-2015, mesmo que o periódico tenha estado vigente em apenas parte deste período, seja em razão do ano da criação, seja por eventual descontinuação, resultou na inclusão da revista no conjunto analisado.

No que diz respeito à incidência dos periódicos identificados por estrato Qualis, os dados ilustrados no Gráfico 1 permitem identificar basicamente dois agrupamentos: o primeiro compreendendo os periódicos selecionados com Qualis A1, A2, B3 e B4, cada qual respondendo por 7 a 14 pontos percentuais do conjunto identificado; e o segundo, composto pelas revistas com Qualis B1, B2 e B5, cujos quantitativos compreendem aproximadamente 20% do conjunto.

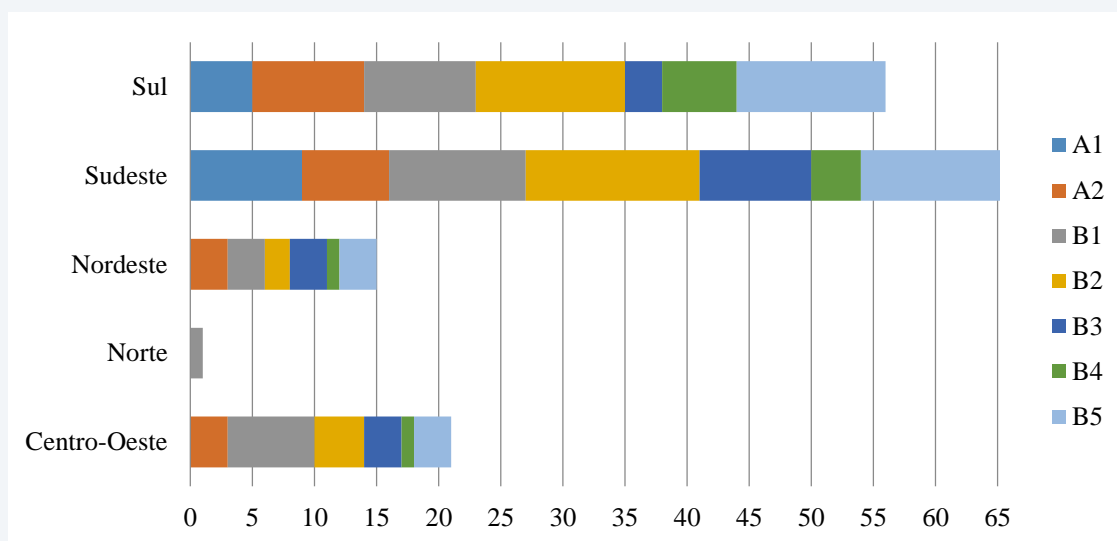
**Gráfico 1** – Incidência de periódicos nacionais da área da Educação com publicações relacionadas ao tema “gestão da educação básica”, segundo classificação Qualis (2013-2016)



**Fonte:** elaborado pelos autores com base na classificação Qualis Periódicos/Capes da área da Educação (2013-2016) e nas páginas dos periódicos na internet (2017).

Outro aspecto submetido à apreciação foi a origem regional dos periódicos do conjunto, posto permitir uma identificação inicial de possíveis núcleos regionais com maior concentração de revistas por meio das quais a produção sobre o tema é veiculada. Esse aspecto é ilustrado no Gráfico 2, em associação com dados da classificação Qualis 2013-2016.

**Gráfico 2** – Origem regional dos periódicos nacionais da área da Educação com publicações relacionadas ao tema “gestão da educação básica”, segundo classificação Qualis (2013-2016)

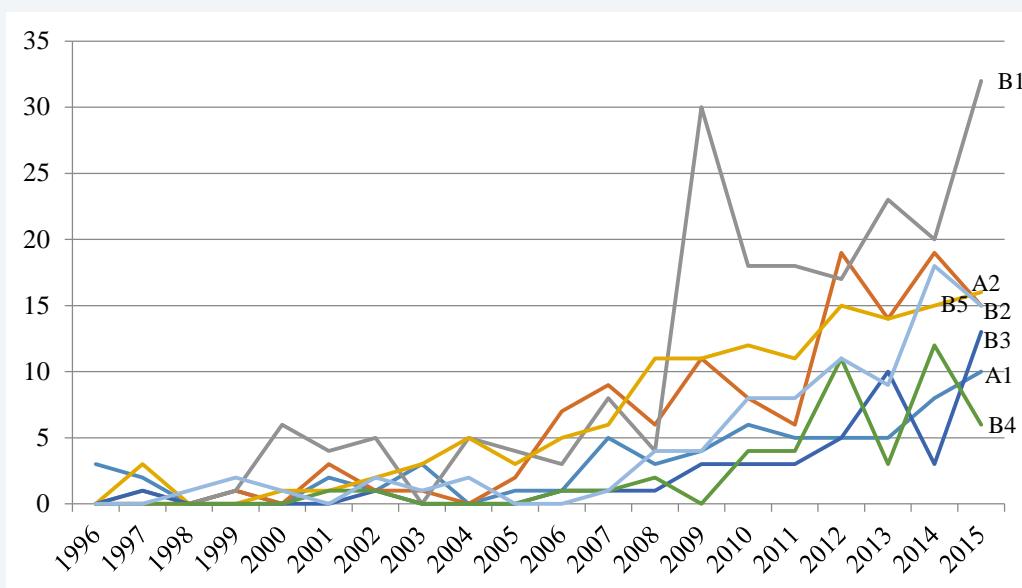


**Fonte:** elaborado pelos autores com base na classificação Qualis Periódicos/Capes da área da Educação (2013-2016) e nas páginas dos periódicos na internet (2017).

A ilustração dos dados constantes no Gráfico 2 viabiliza constatar algumas particularidades dos subconjuntos formados pelas regiões com maior e menor incidência de periódicos com publicações sobre o tema. Relativamente ao primeiro subconjunto – Sul e Sudeste, que responde por, aproximadamente, 75% do conjunto –, a diferença que os separa é principalmente em razão de uma maior concentração de periódicos dos estratos A1 e B3 na região Sudeste, e A2 e B4 na região Sul. Já em relação às regiões Nordeste e Centro-Oeste, a diferença vem definida, principalmente, pelo agrupamento de periódicos nos estratos B1 e B2.

Considerado o retrato do conjunto de periódicos, passemos aos artigos publicados no período. Neste aspecto, o levantamento igualmente realizado por meio dos descritores desaguou na identificação de 693 trabalhos. A disposição desse universo de artigos, por ano de referência e classificação Qualis dos respectivos periódicos, consta do Gráfico 3

**Gráfico 3** – Número de artigos publicados, relacionados ao tema “gestão da educação básica”, segundo classificação Qualis (2013-2016)



**Fonte:** elaborado pelos autores com base na classificação Qualis Periódicos/Capes da área da Educação (2013-2016) e nas páginas dos periódicos na internet (2017).

Conforme a ilustração, a partir de 2007 houve um progressivo aumento no número de trabalhos relacionados à temática. Os dados levantados evidenciam, por exemplo, que o número de trabalhos no ano de 2015 correspondeu a 3,5 vezes o registrado em 2007.

Foi também no período de 2007 a 2015 que ocorreu uma distribuição mais equilibrada dos trabalhos nos subconjuntos de periódicos definidos segundo estrato Qualis, excetuando-se o subconjunto de periódicos do estrato B1, que registrou maiores oscilações a partir de 2008. Conforme se observa no Gráfico 3, nesse período a quase totalidade dos subconjuntos passou a publicar anualmente trabalhos atinentes à temática da gestão do ensino público na educação básica, sendo o ano de 2015 o mais expressivo em número de publicações em cinco dos sete subconjuntos. Isso nos parece evidenciar a capilaridade da temática em veículos de publicação científica correntes na área da Educação, ao certo também motivada pela emergência de novas questões suscitadas pelo contexto de mobilizações e de lançamento de políticas para a educação básica no período, como o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto n. 6.094, de 24

de abril de 2007), as mobilizações em torno das Conferências Nacionais de Educação (Conae), ocorridas em 2010 e 2014, e a aprovação do atual PNE, em 2014.

Essa maior capilaridade também pode ser atribuída à distribuição regional dos periódicos. Os dados da Tabela 3 permitem verificar a distribuição das 160 revistas científicas e dos 693 artigos ali identificados segundo a região e respectivas unidades da federação.

**Tabela 3** – Número de artigos segundo região geográfica e unidade federativa – 1996 a 2015

Regiões/ unidades federativas das publicações	Periódicos Identificados		Artigos em periódicos identificados	
	Número	%	Número	%
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>21</b>	<b>13,2</b>	<b>168</b>	<b>24,2</b>
Distrito Federal (DF)	5	3,1	58	8,4
Goiás (GO)	7	4,5	56	8,1
Mato Grosso (MT)	5	3,1	28	4,0
Mato Grosso do Sul (MS)	4	2,5	26	3,7
<b>NORDESTE</b>	<b>15</b>	<b>9,3</b>	<b>53</b>	<b>7,6</b>
Bahia (BA)	4	2,5	21	3,0
Ceará (CE)	1	0,6	4	0,6
Maranhão (MA)	1	0,6	3	0,4
Paraíba (PB)	1	0,6	3	0,4
Pernambuco (PE)	3	1,9	8	1,2
Piauí (PI)	1	0,6	4	0,6
Rio Grande do Norte (RN)	3	1,9	9	1,3
Sergipe (SE)	1	0,6	1	0,1
<b>NORTE</b>	<b>1</b>	<b>0,6</b>	<b>3</b>	<b>0,4</b>
Pará (PA)	1	0,6	3	0,4
<b>SUDESTE</b>	<b>67</b>	<b>41,9</b>	<b>306</b>	<b>44,2</b>
Espírito Santo (ES)	2	1,2	7	1,0
Minas Gerais (MG)	13	8,2	32	4,6
Rio de Janeiro (RJ)	8	5,0	24	3,5
São Paulo (SP)	44	27,5	243	35,1
<b>SUL</b>	<b>56</b>	<b>35,0</b>	<b>163</b>	<b>23,6</b>
Paraná (PR)	23	14,4	64	9,3
Santa Catarina (SC)	12	7,5	40	5,8
Rio Grande do Sul (RS)	21	13,1	59	8,5
	<b>160</b>	<b>100</b>	<b>693</b>	<b>100</b>

**Fonte:** elaborado pelos autores com base na classificação Qualis Periódicos/Capes da área da Educação (2013-2016) e nas páginas dos periódicos na internet (2017).

De modo geral, os dados descritos na tabela permitem verificar que há, no âmbito dos estados de uma mesma região geográfica (exceto São



Paulo), certo equilíbrio no número de artigos por periódicos destinados, ainda que não exclusivamente, à publicação de trabalhos acerca da temática aqui enfocada. É claro que, quando considerados de um ângulo regional, as diferenças são significativas e repletas de singularidades, que vão desde um equilíbrio na distribuição dos artigos entre os estados da região (mais evidente no Sul, menos na região Centro-Oeste e não verificada nas demais), passando pela existência de um ou mais estados expoentes nas regiões (destaque a São Paulo, no Sudeste, à Bahia, na região Nordeste, ao Distrito Federal e a Goiás, no Centro-Oeste) até a relação entre o percentual de periódicos e a de artigos identificados, que é muito próximo na região Sudeste, mas não o é nas regiões Centro-Oeste e Sul.

Vale assinalar, ainda, que alguns periódicos em cada região se destacaram na quantidade de publicações de artigos sobre a temática da gestão da educação básica no período, seja ela abordada direta ou indiretamente. Da região Centro-Oeste cabe destacar a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), seguida das revistas Retratos da Escola (CNTE), Educativa (UCG) e Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). Já na região Sudeste sobressaem, entre outros, a Revista HISTEDBR on-line, Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), Revista on-line de Política e Gestão Educacional (Unesp) e Quaestio (Uniso). Na região Nordeste, destacam-se em publicações no período as revistas Práxis Educacional e FAEEBA, enquanto no Sul, onde a distribuição dos artigos entre os periódicos é mais equilibrada, cabe destaque às revistas Perspectiva (UFSC), Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional (UTP), Educere et Educare e Olhar de Professor (UEPG).

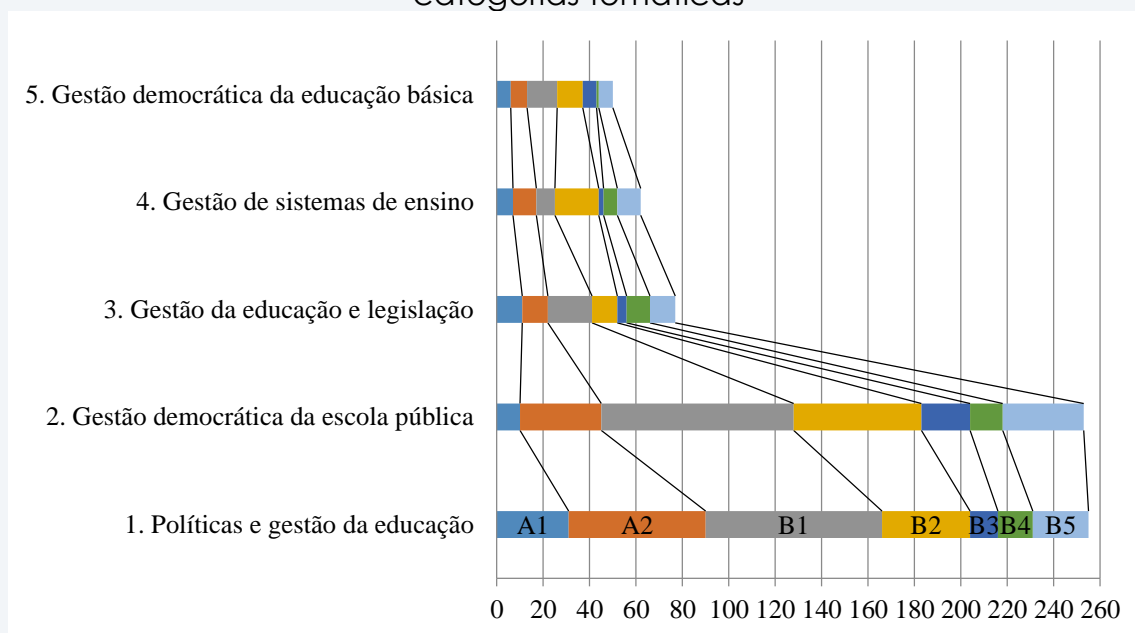
Outro fator de caracterização dos artigos identificados foi o enquadramento do conjunto<sup>8</sup> com base em categorias temáticas concebidas como desdobramentos do tema geral orientador do processo de levantamento, ou seja, a “gestão da educação básica”. A mobilização

---

<sup>8</sup> Para o enquadramento foram considerados, além dos títulos dos artigos, dados obtidos no resumo e nas palavras-chave.

dessas categorias, identificadas no Gráfico 4, serviu para abrir caminho para uma sistematização sumarizada dos trabalhos identificados, assim como para favorecer a focalização da temática central da pesquisa: a gestão democrática do ensino público na educação básica.

**Gráfico 4** – Número de artigos publicados segundo enquadramento em categorias temáticas



**Fonte:** elaborado pelos autores com base na classificação Qualis Periódicos/Capes da área da Educação (2013-2016) e nas páginas dos periódicos na internet (2017).

Os dados ilustrados no gráfico mostram a prevalência de trabalhos aportados nas categorias temáticas “gestão democrática da escola pública” e “políticas e gestão da educação”, cujos quantitativos gerais são coincidentes, alcançando em cada uma pouco mais de duas centenas e meia de artigos. Entre as duas categorias, as diferenças situam-se nos subconjuntos de trabalhos delimitados segundo o estrato Qualis Periódicos 2013-2016: na primeira categoria mencionada sobressaem, em número de artigos, os subconjuntos dos estratos B2 e B5; e a segunda se destaca pela maior quantidade de trabalhos em periódicos com estratos A1 e A2. Já nas demais categorias temáticas, a incidência de trabalhos resulta em, basicamente, duas características gerais: enquanto na categoria “gestão de educação e legislação” preponderam, nos diferentes estratos,

agrupamentos entre 10 e 13 trabalhos, nas categorias “gestão de sistemas de ensino” e “gestão democrática da educação básica” são agrupamentos de 6 a 9 trabalhos.

Em vista do objetivo do presente estudo, vale destacar, portanto, o número significativo de trabalhos que enfocam a gestão democrática do ensino público da educação básica, considerando-se que os apontados nas categorias 1 e 5, conforme indicação no Gráfico 4, respondem por 43,7% (303 artigos) do universo de trabalhos selecionados. Importa, então, deslocarmos nossas atenções para esses trabalhos, trazendo à cena sua vinculação aos respectivos periódicos, assim como algumas de suas especificidades. Iniciemos pela disposição dos dados na Tabela 4.

**Tabela 4** – Número de artigos com enfoque na gestão democrática, segundo região geográfica, unidade federativa e periódico de publicação – 1996 a 2015

Regiões/unidades federativas das publicações / periódicos das publicações		Artigos em periódicos identificados	
		Número	%
<b>CENTRO-OESTE</b>		<b>79</b>	<b>26,0</b>
Distrito Federal (DF)	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)	3	
	Em Aberto	4	
	Linhas Críticas (UnB)	4	
	Retratos da Escola	17	
Goiás (GO)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE)	13	
	Educativa (UCG)	8	
	Revelli (UEG-Inhumas)	1	
	Inter-ação (UFG)	2	
	Revista Educativa	1	
	Poiésis (Catalão)	2	
	Poesis Pedagógica	2	
Mato Grosso (MT)	Revista de Educação Pública (UFMT)	4	
	Revista da Faculdade de Educação (UFMT)	2	
	Pedagogia em Foco	1	
	Educação, Cultura e Sociedade	1	
	Revista Educação e Linguagem	2	
Mato Grosso do Sul (MS)	Série-Estudos (UCDB)	4	
	Intermeio (UFMS)	4	
	Educação e Fronteiras on-line	2	
	Interfaces da Educação	2	
<b>NORDESTE</b>		<b>24</b>	<b>7,9</b>

Bahia (BA)	Revista FAEEBA	2	
	Práxis Educacional	7	
	Revista da FACED	1	
Ceará (CE)	Labor	2	
Paraíba (PB)	Lugares de Educação	1	
Pernambuco (PE)	Administração Educacional	5	
	Revasf	2	
Piauí (PI)	Linguagem, Educação e Sociedade (UFPI)	2	
Rio Grande do Norte (RN)	Educação em Questão	1	
	Holos (Natal)	1	
<b>NORTE</b>		<b>3</b>	<b>1,0</b>
Pará (PA)	Revista Cocar (UEPA)	3	
<b>SUDESTE</b>		<b>142</b>	<b>46,9</b>
Espírito Santo (ES)	Cadernos de Pesquisa em Educação (UFES)	1	
	Pró-Discente (UFES)	5	
	Educação em Revista (UFMG)	3	
Minas Gerais (MG)	Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências	1	
	Educação em Foco (Juiz de Fora)	1	
	Educação em Perspectiva	2	
	Trabalho & Educação (UFMG)	3	
	Instrumento (Juiz de Fora)	1	
	Horizonte Científico	1	
	Revista da Universidade Vale do Rio Verde	1	
	Educação e Políticas em Debate	2	
	Revista Uniube	1	
	Educação e Cultura Contemporânea	1	
	Teias	2	
	Boletim Técnico do Senac	2	
Rio de Janeiro (RJ)	Revista Contemporânea de Educação	1	
	Conhecimento e Diversidade	1	
	Revistaleph	1	
São Paulo (SP)	Cadernos Cedes	5	
	Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)	4	
	Educação & Sociedade	3	
	Psicologia Escolar e Educacional	1	
	E-Curriculum (PUC/SP)	2	
	Revista Ibero-americana de Estudos em Educação	5	
	Comunicações (Unimep)	2	
	Horizontes (UDUSF)	1	
	Quaestio (Uniso)	4	
	Educação (PUC-Campinas)	4	
	Revista Eletrônica de Educação (São Carlos)	6	
	Revista Histedbr on-line	10	
	Dialogia (Uninove)	7	
	Educação em Revista (Unesp Marília)	4	
	Laplage em Revista	1	
	Nuances (Unesp)	2	
	Org & Demo (Unesp Marília)	4	
	Plures, Humanidades (Ribeirão Preto)	3	
	Revista on-line de Política e Gestão Educacional (Unesp)	11	

	Camine: Caminhos da Educação	2	
	Comunicação e Educação (USP)	1	
	Crítica Educativa	1	
	Pesquiseduca	2	
	Revista de Ciências da Educação	3	
	Veras	2	
	Cadernos da Pedagogia (UFSCar)	3	
	Revista @mbienteeducação	2	
	Revista de Educação (Itatiba)	5	
	Educação, Gestão e Sociedade	1	
	Nucleus (Ituverava)	1	
	Revista Ciência em Extensão	1	
	Revista Comunicações	4	
	Cadernos de Educação (UMESP)	1	
	Conteúdo (Capivari)	1	
	Pesquisa em Pós-Graduação – Série Educação (Unisantos)	2	
	Trilhas Pedagógicas	1	
<b>SUL</b>		<b>55</b>	<b>18,2</b>
Paraná (PR)	Acta Scientiarum. Education	1	
	Práxis Educativa	1	
	Imagens da Educação	1	
	Línguas & Letras	1	
	Educere et Educare	5	
	Interfaces	1	
	Revista Nupem	1	
	Teoria e Prática da Educação	3	
	Revista Educação e Linguagens	1	
	Revista Cesumar	1	
	Faz Ciência (Unioeste)	1	
	Espaço Acadêmico (UEM)	1	
	Olhar de Professor (UEPG)	3	
	Travessias (Unioeste.on-line)	2	
Santa Catarina (SC)	Perspectiva (UFSC)	3	
	Atos de Pesquisa (FURB)	1	
	Roteiro	2	
	Linhas	1	
	Poiesis	3	
	Revista Pedagógica (Unochapecó)	1	
	Zero-a-seis	1	
	Criar (Unesc)	1	
Unoesc & Ciência (ACHS)	2		
Rio Grande do Sul (RS)	Educação (UFSM)	2	
	Currículo Sem Fronteiras	2	
	Cadernos de Educação (UFPeI)	1	
	Espaço Pedagógico	1	
	Reflexão e Ação (Unisc)	2	
	Revista Educação, Ciências e Cultura	1	
	Práxis (Feevale)	2	
	Didática Sistemática	1	
	Revista de Ciências Humanas (F. Westphalen)	2	
	Desenvolve (Unilasalle)	2	
Signos (Univates)	1		

TOTAL	303	100
-------	-----	-----

**Fonte:** elaborado pelos autores com base na classificação Qualis Periódicos/Capes da área da Educação (2013-2016) e nas páginas dos periódicos na internet (2017).

Conforme sinalizam os dados da tabela, os trabalhos cujas abordagens contemplam a democratização da gestão estão aportados em um número significativo de periódicos, equivalente a 74,4% do conjunto inicialmente identificado na área da Educação como portadores de publicações sobre a temática geral “gestão da educação básica”. Sobre esse mesmo aspecto, quando consideradas as regiões geográficas em separado, os dados permitem verificar a maior incidência na região Centro-Oeste (95,2%), seguida do Sudeste, com 80,6%, e do Nordeste e Sul, onde a incidência é 67,7 e 60,7%, respectivamente.

Esse retrato permite-nos indiciar que há razoável acolhimento do tema por parte dos periódicos. Todavia, no que se refere à presença da temática central em publicações nas diferentes regiões do país, uma leitura específica acerca do número de trabalhos publicados ao longo do período de 1996 a 2015 leva-nos a concluir por uma pulverização do conjunto, associada à inconstância na publicação de trabalhos que envolvam o tema. Excetuando-se, por exemplo, os periódicos nos quais são identificados seis ou mais trabalhos no período, o que corresponde a oito periódicos distribuídos nas regiões Centro-Oeste (Goiás e Distrito Federal), Sudeste (São Paulo) e Nordeste (Bahia). O resultado conduz a uma média de dois trabalhos por revista científica nas duas décadas, incluído o estado do Pará, da região Norte, com apenas um periódico.

No que responde ao período de maior ênfase às publicações, os dados dão conta de que o comportamento geral segue a tendência geral ilustrada no Gráfico 3. Ou seja, também na especificidade dos trabalhos enquadrados nas categorias temáticas 1 e 5 o maior impulso às publicações

ocorreu principalmente a partir de 2009, quando estas aumentam cerca de 3,5 vezes o registrado nos anos anteriores (2002 a 2007)<sup>9</sup>.

E sobre os enfoques dos artigos publicados? Como característica geral, os trabalhos enquadrados nas categorias temáticas que enfocam a gestão democrática tendem a manter conexas dimensões macro e micro. Essa característica nos conduz a outra, qual seja: de que há um forte apelo a análises contextuais na quase totalidade dos trabalhos examinados, posto preponderar a convocação de argumentos que servem de leituras críticas dos fenômenos em pauta.

Indistintamente, entre eventuais agrupamentos que se deseja efetuar (por estrato Qualis, por subperíodos da década enfocada ou outro critério), podemos identificar, ao menos, três grandes eixos temáticos dos artigos. Muito próximos quanto à incidência, podemos citar um eixo que informa a abordagem do tema na interface com as políticas educacionais, especialmente as levadas a efeito no período aqui enfocada, e outro que coloca em destaque experiências concretas, geográfica e temporalmente situadas, em torno de práticas de gestão democrática, da construção de referenciais de participação e de reforço à autonomização da escola. Deste mesmo eixo participam aqueles trabalhos cujas análises incidem sobre experiências ou circunstâncias que implicam a democratização da gestão em redes e sistemas de ensino. Menos incidente no conjunto de artigos identificados há um terceiro eixo, no qual repousam estudos mais diretamente interessados na dimensão teórico-conceitual do fenômeno da democratização na educação ou escola, em que são mobilizados fundamentos políticos, sociológicos e/ou filosóficos.

Entre os trabalhos relacionados ao primeiro eixo preponderam enfoques na política neoliberal, como conhecida a partir da década de 90, e na repercussão de valores mercantis e de princípios empresariais na escola pública e nos sistemas de ensino, responsáveis pela introdução de modelos

---

<sup>9</sup> Entre 1996 e 2001, primeiros anos da série pesquisada, a soma das publicações não alcança uma dezena.

gerenciais no domínio da gestão educacional. No contexto desses enfoques, o tema da gestão democrática é tanto situado direta ou indiretamente na interface das referidas políticas e tendências, abrindo espaço a discussões como a ressignificação das práticas de gestão e a minimização do apelo democrático, como é abordado enquanto objeto central, lido sob o ângulo da influência das políticas das últimas duas décadas. Nessa direção encontramos o tema relacionado com: alterações no modo de gestão pública; dinâmica do capitalismo; reestruturação da educação; regulação da educação pública; implantação e dinâmica de programas educacionais; atuação de organizações privadas na educação pública; gerencialismo na educação; política econômica e globalização; influência de organismos internacionais; empecilhos à participação; entre outros.

Relativamente ao eixo que identifica o enfoque em experiências concretas em torno de práticas de gestão democrática, da construção de referenciais de participação e de reforço à autonomização da escola pública, de redes e sistemas de ensino, o tema costuma destinar-se ao enaltecimento de experiências de democratização com bom grau de sucesso, mas, principalmente, para submeter à avaliação experiências mais pontuais (escolares, locais, de governos), a fim de realçar limites, vantagens e possibilidades de projetos imbuídos de propósitos de democratização da gestão. Sobressaem, nos estudos filiados a este eixo, relações da temática com experiências de: planejamento educacional ou escolar; ação coletiva e colegiada; descentralização versus centralização do poder; desempenho de mecanismos institucionalizados de participação (especialmente de conselhos, sejam escolares, sejam em nível de sistemas em diferentes domínios); participação política de segmentos ou das comunidades locais e escolares; controle social em educação; atuação de atores escolares; entre outros.

Por fim, o eixo que identifica o segmento de trabalhos mais diretamente endereçados a análises do fenômeno da democratização na educação ou escola incorpora questões, como: relações entre Estado e



sociedade; poder decisório e relações de poder; perspectivas de democracia; efetividade do princípio constitucional da gestão democrática; gestão democrática e qualidade social; arranjos institucionais; cultura política; determinantes históricos, políticos e econômicos; democratização da sociedade; discurso de democracia; representações sociais; pluralidade cultural; tendências nos marcos legais; educação e trabalho; entre outros. Embora sejam questões recorrentes neste eixo, elas acabam sendo convocadas, em maior ou menor escala, nos demais eixos apontados, principalmente com vistas ao delineamento do pano de fundo das análises.

### **Notas finais**

Se é certo que a perspectiva democrática tem sido motor da produção de uma maior notoriedade da gestão educacional em tempos mais recentes – com registro na atual Constituição Federal e na LDB –, também é devido reconhecer que essa produção segue acompanhada por quadros de tensão gerados em torno dessa mesma perspectiva.

São recorrentes as análises que atribuem a constituição desses quadros a uma frágil tradição democrática entre nós, à concorrência de princípios filiados a uma tradição política conservadora e, principalmente, à introdução de políticas públicas pouco comprometidas com a causa da democratização da gestão educacional, ainda que seus objetivos declarados insistam em afirmá-la – não raro com uma aparência emprestada (PARO, 1997) –, motivo pelo qual se depreende pela coexistência de perspectivas distintas de concepções e práticas de democratização. Como mencionado, para além da compreensão do papel da gestão educacional na formulação e implementação de políticas educacionais e de organização do trabalho educativo, é preciso ter em conta sua orientação política em circunstâncias e contextos específicos.

Conforme assinalado, as variáveis e os contextos que implicam o tema da gestão democrática em si, bem como os contrastes estampados no

campo da prática gestonária têm impulsionado um crescente número de estudos e investigações na área da Educação. O recorte temporal e a modalidade de publicação enfocados neste estudo constituem, a nosso ver, uma mostra importante dessa dinâmica, oferecendo-nos elementos que permitem indiciar algumas tendências esboçadas nos últimos anos no âmbito da produção do conhecimento sobre o tema.

O estudo possibilitou constatar que a gestão da educação básica constitui temática prevista no foco, escopo e/ou política editorial de aproximadamente 20% dos periódicos constantes da lista Qualis 2013-2016 da área da Educação, tendo sido identificada a presença de publicações, no período, em pouco mais da metade desse conjunto, razão pela qual concluímos pela existência de um campo ainda em aberto ao acolhimento de estudos sobre o tema. Todavia, é marcante o desequilíbrio na distribuição geográfica desses periódicos, posto que a massiva maioria deles se concentra no Sul e Sudeste, embora se deva considerar o potencial de circulação no país.

Dentre os periódicos identificados, a constatação de que três quartos desse conjunto portaram, no período, publicações de artigos relacionados à democratização da gestão parece-nos atestar a forte presença desse tema no rol temático dos periódicos. Porém, a se considerar o número de trabalhos efetivamente publicados nesses mesmos periódicos, os dados levantados evidenciam que eles representam pouco menos de 50% do universo de artigos enquadrados na categoria geral “gestão da educação básica”. Ademais, quando tomadas as regiões em específico, conclui-se pela inconstância das publicações, haja vista o número de artigos contrastado com o número de anos do período pesquisado, indício de que o aumento do número de publicações sobre “gestão da educação básica”, a partir de 2007, e sobre a gestão democrática, a partir de 2009, deveu-se em muito a um conjunto menor de periódicos.

Ainda sobre os artigos identificados, lançamos mão da hipótese de que a maior concentração de publicações no segundo decênio do período

pesquisado tenha sido motivada por uma série de medidas em políticas públicas e de ocorrências que suscitaram a abertura ou o reforço de novas frentes de análises sobre incidências, repercussões e papéis no campo da gestão educacional.

A respeito do trânsito de trabalhos em periódicos constantes na lista Qualis 2013-2016 da área da Educação, destacamos o fato de haver certo equilíbrio na média de artigos a respeito da gestão da educação básica publicados em periódicos sediados em estados de uma mesma região, embora não tenha sido identificada participação de sete unidades federativas, seis delas da região Norte. Já do ponto de vista regional, as diferenças são significativas, seja na comparação entre elas, seja em suas especificidades, em razão das quais contrastam ou não, por exemplo, a distribuição de artigos entre os estados e a existência de estados expoentes em publicações. Soma-se a isso o destaque, em número de publicações, de um conjunto de 13 periódicos distribuídos nas regiões Centro-Oeste, Sudeste, Sul e Nordeste.

Por fim, acerca dos temas sobre os quais versam os artigos identificados em torno da temática gestão democrática, a constatação de que, em geral, os trabalhos incidem principalmente na abordagem dessa temática na sua interface com as políticas educacionais e em experiências concretas de práticas de democratização da gestão, parece-nos dar indicativos de uma importante sintonia com dimensões que implicam o fenômeno da democratização, como as decisões políticas, a ação do Estado, as dinâmicas deliberativas, as diferentes perspectivas de participação e a efetividade de espaços e mecanismos onde ela se processa. A menor incidência de estudos empenhados em análises acerca de dimensões teórico-conceituais do fenômeno da democratização e de questões próximas parece-nos, pois, sinalizar domínios ainda em aberto.

Assim posto, de uma perspectiva crítico-compreensiva dessa caracterização sobre a produção científica, constante em periódicos nacionais com trânsito na área da Educação, entendemos que a dinâmica

e o perfil das publicações no período focado sugerem uma progressiva projeção do tema da gestão democrática do ensino público na educação básica, observada a existência de outras possibilidades em aberto, demarcadas pelo rol de periódicos nacionais disponíveis ao acolhimento do tema, o que, ao certo, possui potencial para impulsionar ainda mais a divulgação e circulação da produção no país. Além do significado acadêmico e científico dessa projeção, reconhecemos nessa via o reforço às possibilidades de diminuição da distância que ainda separa a gestão democrática do ensino público, enquanto princípio constitucional, das práticas de gestão que se processam em nossas escolas e sistemas de ensino, lugares legítimos à afirmação e concretização da vaga democrática para a gestão.

## Referências

AVELAR, Lúcia. Clientelismo de estado e política educacional brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 17, n. 54, p. 34-50, jan. 1996.

BARROSO, João. Autonomia das escolas: entre público e privado. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 48-57.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 19 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 25 de abril, 2007.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Seção 1, p. 27833-27841, Poder Executivo, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 21 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial União**, Edição Extra, n. 120-A, Seção 1, p. 1-8, Poder Executivo, Brasília, DF: Imprensa Nacional 26 jun. 2014.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Prefácio. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.) **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2 v. 7. ed. São Paulo: Globo, 1987.

FELDFEBER, Myriam. Nuevas y viejas formas de regulación de los sistemas educativos. In: FELDFEBER, Myriam (Org.). **Autonomía y gobierno de la educación: perspectivas, antinomias y tensiones**. Buenos Aires: Aique Grupo Editor. p. 25-50, 2009.

FERNANDES, Cleoni Maria Barboza; MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da má (qualidade) do ensino. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, Edição Especial, out. 2007.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

KRAWCZYK, Nora Ruth. Em busca de uma nova governabilidade na educação. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fatima Felix (Org.). **Política e gestão da educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 61-74.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Planta, 2004.

LIMA, Licínio. **A escola como organização educativa**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NARDI, Elton Luiz. Autonomia da Escola e regulação da qualidade: (pro)posições da Cepal para políticas de gestão da educação na América Latina. In: NARDI, Elton Luiz; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de Almeida; VIANA, Isabel Maria Torre Carvalho (Org.). **Políticas públicas e regulação da educação: temas em debate**. Campinas: Mercado de Letras, 2015. p. 55-86.

\_\_\_\_\_. Gestão democrática no contexto dos 20 anos da LDBEN: entre bandeiras, tensionamentos e possibilidades. In: BASTISTA, Neusa Chaves; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Org.). **Formação de gestores escolares para a educação básica: avanços, retrocessos e desafios frente aos 20 anos de normatização da gestão democrática na LDBEN**. Porto Alegre: Evangraf; Escola de Gestores da Educação Básica, 2016. p. 19-44.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fatima Felix (Org.). **Política e gestão da educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 127-145.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

REIS, Fábio Wanderley. Solidariedade, interesses e desenvolvimento político. **Cadernos do Departamento de Ciências Política**, Belo Horizonte, n. 1, p. 5-58, mar. 1974.

SANDER, Benno. **Gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento**. Campinas: Autores Associados, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do congresso nacional na legislação do ensino**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

WEFFORT, F. C. **Por que democracia?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

#### SOBRE OS AUTORES:

##### **Elton Luiz Nardi**

Doutor em Educação, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); Pós-Doutorado pela Universidade do Minho, Portugal; professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Nupe) e membro do Grupo de Pesquisa

"Educação, Políticas Públicas e Cidadania" (GEPPeC). E-mail: [elton.nardi@unoesc.edu.br](mailto:elton.nardi@unoesc.edu.br).

**Paula Fernanda Silveira Boiago**

Graduanda em Psicologia, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); bolsista do programa PIBIC/CNPq; membro do Grupo de Pesquisa: Educação, Políticas Públicas e Cidadania (GEPPeC). E-mail: [p.fernandaa@gmail.com](mailto:p.fernandaa@gmail.com)

Recebido em: 22 de março de 2017.  
Aprovado em: 15 de dezembro de 2017.